



ANAIS

**IX SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE PRÁTICAS RELIGIOSAS
NO MUNDO CONTEMPORÂNEO**

VII SEMINÁRIO DE PESQUISAS DO LERR/UEL

**IV SIMPÓSIO REGIONAL SUL DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA
DE HISTÓRIA DAS RELIGIÕES (ABHR)**

VIII COLÓQUIO NACIONAL CULTURA E PODER (UNESPAR)

**Laboratório de
Estudos sobre Religiões e Religiosidades (LERR)**

Universidade Estadual de Londrina (UEL)

2021

CONSERVADORISMO RELIGIOSO NA AGENDA POLÍTICA BRASILEIRA.

Fernando Giorgetti de Souza (UEL-PG) ¹

Resumo: A proposta desse artigo é reforçar os estudos sobre o conservadorismo político religioso na sociedade brasileira, na passagem do século XX ao século XXI. Constitui-se uma pesquisa qualitativa, um artigo de revisão histórica e sociológica com abordagem bibliográfica, isto é, uma compilação de ideias sobre grupos políticos, defensores de um estilo de vida conservador, preservadores do status quo, e da ordem vigente. É importante situar como ponto de partida para essa discussão, a compreensão de Louis Althusser (1970) sobre a religião ser um instrumento de controle e poder ideológico, um Aparelho Ideológico do Estado-AIE. Nesse entendimento, é relevante pois, possibilita uma análise da importância de estudos sobre o pensamento religioso conservador, tendo em vista a observação de determinados grupos da sociedade, que de certo modo, ditam as ordens do dia, ou seja, elaboram programas, leis, propagando, defendendo e impondo suas ideias, e estilo de vida. Diante dessas considerações, por intermédio do diálogo com os autores, espera-se um resgate sócio histórico sobre a construção da democracia no país, inclusive, apresentar o pensamento conservador religioso nos atos políticos da bancada evangélica brasileira. Em tempo de *fakenews* a pesquisa é relevante pois, através de métodos científicos, são abertas possibilidades para a compreensão do pensamento coletivo e o entendimento do discurso conservador e seus desdobramentos nas relações sociais e práticas políticas, dentro de uma determinada amostragem de tempo e espaço.

Palavras-Chaves: Conservadorismo religioso. Bancada da bíblia. Controle ideológico.

INTRODUÇÃO

Há dentro dos ambientes de socialização, escola, família, clubes, igrejas e demais instituições, pessoas que defendem o estilo conservador, e projetos políticos antidemocráticos que não contemplam a sociedade em suas diversidades, uma vez que, seus discursos se afirmam em costumes e valores, dentro e fora de seus currais religiosos.

Assim, por se tratar de um estudo sociológico, compreendendo o campo político e das religiões e religiosidades, é importante destacar as palavras de Pierucci e Prandi (1996), sobre conservação e mudanças, pois o autor entende que “não é a religião enquanto conservação e permanência que deve interessar à sociologia, mas sim a religião em mudança, a religião como possibilidade de ruptura e inovação, a mudança religiosa e, portanto, a mudança cultural” (PIERUCCI; PRANDI, 1996, p. 9).

Nessa esteira, Otto Maduro (1983), entende que os estudos sociológicos são essenciais

¹ Mestre em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Londrina (2019). Estudante do Programa de Pós-Graduação do Centro de Educação, Comunicação e Artes (CECA) do Curso de Doutorado em Educação da Universidade Estadual de Londrina, na Disciplina 2EDU677 - História da Educação Escolar no Brasil, ministrada pela Professora Doutora Simone Burioli. E-mail de contato: nandogiorgetti@gmail.com

In: Seminário Internacional de Práticas Religiosas No Mundo Contemporâneo (LERR/UEL), 4, 2021, Londrina. *Anais...* Londrina: UEL, 2021.

para a compreensão e explicação das relações sociais, quer sejam individuais e grupais conscientes ou inconscientes, isto é, da análise do comportamento da sociedade frente a emergência e consolidação de determinado contexto.

O autor destaca ainda, que a Sociologia das Religiões iniciada com a Igreja Católica na América Latina foi adaptativa, conservadora em relação a Igreja, submissa as mudanças sociais, clerical preservando a Instituição, e eurocêntrica, baseada no modelo europeu em seu “dever ser”.

Consequentemente, atualmente o cenário que se observa no país, tem sido a proliferação do pensamento conservador nas esferas sociais, políticas, religiosas.

Para Geertz (1989),

Na crença e na prática religiosa, o ethos de um grupo torna-se intelectualmente razoável porque demonstra representar um tipo de vida idealmente adaptado ao estado de coisas atual que a visão de mundo descreve, enquanto essa visão de mundo torna-se emocionalmente convincente por ser apresentada como uma imagem de um estado de coisas verdadeiro, especialmente bem-arrumado para acomodar tal tipo de vida (GEERTZ, 1989, p. 104).

Assim, temos no país, uma mistura de religiões e religiosidades, um caldo de cultura, de sincretismo religioso, de diferentes costumes e valores. Entretanto, o que tem sido a tônica na política nos últimos anos, é o discurso religioso, pautado na moral e nos costumes católicos e protestantes.

Apesar das influências do pensamento conservador para as lideranças políticas evangélicas brasileira, é preciso destacar segundo Guimarães (2012), que esse conservadorismo, não é uma marca homogênea entre as igrejas protestantes, uma vez que, possuem diferentes compreensões sobre a participação política.

Assim, nesse artigo, apresenta-se intencionalmente, uma leitura e discussão sobre “alguns sentidos de democracia” apresentados por autores brasileiros, seguido do pensamento conservador religioso na esfera política, com a atuação da bancada evangélica no cenário político brasileiro.

Além disso, parte da compreensão de que a religião, segundo Althusser (1970), é um instrumento de controle, de poder ideológico, isto é, um Aparelho Ideológico do Estado-AIE, sujeitando os sujeitos.

Apontamentos Sobre O Processo Democrático Político Brasileiro No Século XX.

Para tratar sobre esse tema, é conveniente lembrar do apontamento do sociólogo Florestan Fernandes (1979), cuja a constituição estrutural do Brasil como Nação, econômica, cultural e socialmente são condições desfavoráveis para a formação democrática.

Nessa esteira, Paiva (2003) ressalta:

Na nossa história republicana, falar no caminho da cidadania é falar de vários déficits: a) dos direitos políticos, em momentos de autoritarismo quando o voto foi cerceado; b) de direitos civis, uma vez que o acesso à justiça não é uma realidade para todos; c) de direitos sociais, vale dizer, o acesso à saúde, educação, moradia, aposentadoria, dentre outros, realizados de forma precária no acordo social brasileiro. (PAIVA, 2013, p. 31-32).

O que se percebe no país é uma democracia através de uma representação política, onde poucos decidem o futuro de muitos, o modo de conduta e comportamento de seus semelhantes, e conseqüentemente, isso contribui para a marginalização e acentua a exclusão social.

O processo democrático de uma nação, é constituído de muitos embates políticos e filosóficos, de inúmeros argumentos jurídicos, pautados na moral e na ética em que se acredita ser o certo, porém nem sempre contempla todos indivíduos.

Assim, uma das estratégias das classes privilegiadas e suas elites para desmobilizar as resistências das classes populares segundo Fernandes (1979), é a imposição da cultura do medo histórico, produzindo a ideia de pânico e aversão as mudanças, manipulando os conservadores e liberais contra o que denominam abertura da ordem.

Além disso, o discurso religioso conservador religioso tem sido utilizado, para justificar os atos políticos, principalmente os defendidos pela bancada denominada evangélica.

Em relação a história da democracia no país, cabe ressaltar a percepção de Holanda (2010), pois para ele,

A democracia no Brasil foi sempre um lamentável mal-entendido. Uma aristocracia rural e semifeudal importou-a e tratou de acomodá-la, onde fosse possível, aos seus direitos ou privilégios, os mesmos privilégios que tinham sido, no Velho mundo, o alvo da luta da burguesia contra os aristocratas. E assim puderam incorporar à situação tradicional, ao menos como fachada ou decoração externa, alguns lemas que pareciam os mais acertados para a época e eram exaltados nos livros e nos discursos. (HOLANDA, 2010, p. 160).

Maria José de Rezende (1996), partindo dessa questão, da democracia na perspectiva

liberal, reflete as principais correntes de pensamento no Brasil do século XX, e compreende os empecilhos para a efetivação da democratização. Para ela essa democracia, tem o mesmo sentido daquela chamada por Teófilo Otoni democracia de “gravata lavada”, ou seja, uma democracia de cima para baixo, que atende os desejos das elites dominantes, excluindo “os pobres das ruas de terra”.

Caio Prado Junior (2000) apresenta a colonização portuguesa no Brasil compreendendo o propósito explorador “da vasta empresa comercial” reunindo brancos europeus, negros africanos e indígenas do continente.

Para ele,

Três raças e culturas largamente dispares, de que duas, semibárbaras em seu estado nativo, e cujas aptidões culturais originárias ainda se sufocaram, fornecerão o contingente maior; raças arrebanhadas pela força e incorporadas pela violência na colonização, sem que para isso se lhes dispensasse o menor preparo e educação para o convívio em uma sociedade tão estranha para eles; cuja escola única foi quase sempre o eito e a senzala. (PRADO JUNIOR, 2000, p. 353).

Essa reflexão acerca da violência empregada no Brasil colônia, com culturas reprimidas e sufocadas, desigualdades sociais e raciais, o despreparo na educação, e o trabalho pesado para a sobrevivência, se contextualizada, de modo geral, dentro de cada especificidade, se acentuaram na sociedade brasileira contemporânea, dada as desigualdades sociais, os preconceitos raciais, a repressão à cultura e as manifestações populares, a educação de massa alinhada aos interesses de mercado, a precarização do trabalho, etc.

Seguindo a linha de pensamento de Raymundo Faoro (2001), em “Os donos do poder” Rezende (1996) aponta a centralidade do poder político, combinando o privatismo e o arbítrio na esfera doméstica, com as relações autoritárias pautadas no personalismo.

A autora aponta ainda, a dificuldade da construção democrática no país, na ótica de Joaquim Nabuco, associada aos vícios políticos e a incapacidade da elite na direção das funções públicas, elementos essenciais para o desenvolvimento da temática desse Projeto.

Nessa discussão entre o populismo e o oligarquismo, se observou a obsessão do controle, pelas classes mais abastadas encastelados no poder e a negação de direitos e o tolhimento para classes trabalhadoras, por meio da violência empregada pelo estado, através da força física e da tributação de impostos, e consequentemente o aumento da exclusão nas esferas políticas, econômicas, sociais e culturais.

Nessa análise de Rezende (1996) sobre a democracia² em diferentes perspectivas teóricas dos pensadores brasileiros, temos uma lista dos diferentes sentidos empregados ao termo e diante de tantos adjetivos atribuídos ao conceito de democracia, e cabe a reflexão nas seguintes questões: Como a Nação brasileira atualmente entende o sentido de democracia? Será que percebem o pensamento conservador religioso na política brasileira? Quais suas sugestões para a efetivação de um país democrático?

Segundo Boaventura de Sousa Santos (1999) só o desconforto ou a indignação gerados pelos problemas da sociedade, já são suficientes para se questionar a natureza, e a qualidade moral de tal sociedade.

A propósito, contrariando o pensamento conservador, é necessária certa rebeldia do ser para ir além das práticas e ações conformistas, saindo do conhecimento-regulação e adentrando no conhecimento-emancipação, ou seja, da ação conformista à ação rebelde, de subjetividades inconformistas e com compromisso ético, abrindo alternativas sociais e políticas para além do pensamento da elite dominante.

Nesse sentido, “a teoria crítica foi desenvolvida para lutar contra o consenso como forma de questionar a dominação e criar impulso de lutar contra ela.” (SANTOS, 1999, p. 212).

Entretanto, conforme dito, há impasses para a constituição dessa democracia e as elites dominantes discursam um conservadorismo político religioso, para impedir o avanço democrático.

A Emergência Dos Evangélicos Na Política Brasileira À Partir Da Década De 1980.

Com a abertura política e redemocratização no país na década de 1980, houve necessidade de se elaborar uma nova Constituição. Assim, entra em cena na política brasileira, novos atores sociais, dentre eles destaca Burity (2008), os pentecostais, ou seja, uma gene da atual bancada evangélica.

² Essa lista foi extraída do artigo: “A democracia no Brasil: um confronto entre as principais perspectivas teóricas na primeira metade do século XX”, escrito pela professora Doutora Maria José de Rezende em 1996. Nesse artigo ela cita uma extensa lista de alguns tipos de democracia, trabalhados pelos autores estudados, à saber: democracia de fachada, democracia que nunca existiu, democracia de gravata lavada, democracia de classe média, democracia coroada, democracia burguesa, democracia formal, democracia liberal, democracia possível, democracia robusta e laboriosa, democracia numa perspectiva indefinida e abstrata, democracia de massa, democracia eleitoral e representativa, democracia relativa, democracia não substantiva, democracia política passiva, democracia conservadora, democracia popular, democracia autêntica, democracia moderna, democracia social, verdadeira democracia, democracia política e democracia social, democracia de ficção, democracia cenográfica, democracia do tipo inglês, democracia integralista, democracia autêntica, democracia associada a autoridade, democracia racial, democracia étnica e social, falsa democracia, democracia in concreto, e democracia improvisada.

In: Seminário Internacional de Práticas Religiosas No Mundo Contemporâneo (LERR/UDEL), 4, 2021, Londrina. **Anais...** Londrina: UEL, 2021.

Conforme se observa, aos poucos os evangélicos de diferentes igrejas, apoiados pelas suas lideranças e comunidades foram ingressando no cenário político.

Segundo Freston (2006, p. 11), a instituição Igreja,

entra na política defendendo as suas propostas, as quais podem ser boas ou não. Muitas vezes, trata-se de mera defesa de seus interesses institucionais. Esse modelo apresenta graves problemas. A Igreja, como instituição, não deve se envolver na política dessa forma, pois, quando o faz, ela e os seus líderes se tornam vulneráveis a todas as contingências do mundo político. Assim, sua fala sobre a Bíblia, a fé, e a salvação se contagiam dessa mesma contingência.

192

Consequentemente, aponta Guimarães (2018, p. 6) em meados da década de 1980, ocorre “uma forte presença de parlamentares de direita e, entre eles, um bom número de evangélicos pentecostais eleitos mediante jogos de influências impetrados em templos evangélicos e bastante atuante nos trâmites de redação da lei máxima do nosso país”.

Sobre essa bancada evangélica, Sales e Mariano (2019) resgatam os apontamentos de Pierucci (1996) considerando serem de direita cristã com pedigree conservador, de pendor fundamentalista, reverberando em suas demandas lei, ordem, moralidade e decência.

Para Sales e Mariano (2019), esse conservadorismo da bancada evangélica, tem sua raiz em correntes do evangelicalismo, tipo de pentecostalismo norte americano, exercendo sua influência nos planos teológicos, morais e políticos.

Para se ter uma ideia, do comportamento dos grupos políticos de evangélicos frente aquele cenário político de construção de uma Constituição democrática, segundo relata Meneses (2013), havia uma espécie de tentativa de sacralização do espaço político público, e eles propagavam frases e jargões tais: “nós vamos conquistar o espaço político para Jesus”, “vamos exorcizar os poderes demoníacos existentes na república”, “hei, hei, hei! Jesus é nosso Rei”, e “evangélicos votam em evangélico”.

O livro “Irmão Vota em Irmão”, de autoria de Josué Silvestre, do líder assembleiano e assessor do Senado, repercutiu no meio político religioso em 1986. Segundo Freston (1994), essa obra persuasiva, objetivava convencer e os evangélicos com fortes recursos retóricos a votarem em seus irmãos evangélicos, baseando-se em versículos bíblicos como, “quem sabe fazer o bem e não faz, comete pecado” e “amai-vos uns aos outros”.

A propósito, outro exemplo de inserção e aliança dos evangélicos na política, pode ser visto durante o encerramento do Segundo Congresso Mundial das Assembleias de Deus no

Brasil³, em 1997, no campo de Marte em São Paulo, quando o então presidente Fernando Henrique Cardoso (PSDB), pousou de helicóptero, e esteve no palanque com o pastor José Wellington Bezerra da Costa, na época líder da Assembleia de Deus. Aos gritos de “Jesus te ama” dos presentes, incitou os fiéis para o apoio à reeleição discursando:

Presidente, estamos na sua campanha e teremos mais quatro anos de governo, se assim o senhor Jesus Cristo permitir [...] nós oramos três vezes por dia por sua excelência e por sua esposa, que vem fazendo um trabalho brilhante com (o programa) Comunidade Solidária. (SÁ, Chico, FOLHA DE SÃO PAULO, 29 set. 1997).

A Frente Parlamentar Evangélica (FPE) foi criada em 2003, e segundo Guimarães (2018), “por meio de uma intensa campanha de grupos conservadores, dilatou o processo de ativismo político de um evangelismo conservador em instâncias oficiais da política (e fora dela) e fortaleceu ainda mais a bancada evangélica como um todo”. (GUIMARÃES, 2018, p. 6).

Na verdade, a bancada evangélica despontou como força política, e para se fortalecer mais, se uniu aos demais religiosos conservadores de outras denominações, em determinadas votações, por exemplo, no processo de Impeachment da Presidenta Dilma em 2016, na Reforma da Educação, na implantação da BNCC, na Reforma Trabalhista, na defesa de pautas sexistas, sobre o corpo, o aborto, a ideologia de gênero, a família, o Projeto Escola Sem Partido, etc.

A propósito, a Bancada evangélica, apoiou as pautas conservadoras do Movimento Escola sem Partido (MESP), e do Movimento Brasil Livre (MBL), que com suas ações ideológicas, constituem entraves para a educação emancipadora contemporânea.

Segundo Ximenes (2016), esse projeto da Escola sem Partido, é inconstitucional e inconsistente pois,

apesar de evidentes, não o impede de vir a causar estragos alarmantes nas concepções e práticas educacionais. Além de representar um estágio avançado de desenvolvimento do conservadorismo sobre as políticas educacionais, conforme destacamos, o controle ideológico sobre professores e estudantes articula-se às demais agendas de reformas educacionais de caráter gerencial, como a privatização e o corte de recursos públicos para a educação pública. Essas frentes de ataques à escola pública, às quais se deve somar ainda a militarização das escolas – o ápice do controle totalitário na educação, estão se fortalecendo mutuamente em torno de um renovado projeto liberal-conservador. (XIMENES, 2016, p. 57)

³ Organizado no Brasil pela Assembleia de Deus do Ministério Belém, filiada à Convenção Geral da Assembleia de Deus no Brasil-CGADB, presidida na época pelo Pastor José Wellington Bezerra da Costa.

In: Seminário Internacional de Práticas Religiosas No Mundo Contemporâneo (LERR/UDEL), 4, 2021, Londrina. **Anais...** Londrina: UEL, 2021.

O que se tem observado no país nessa última década (2010-2020), ao contrário de democracia, é uma sociedade conservadora, com perseguições principalmente contra as classes trabalhadoras, o ódio nas discussões políticas, as mentiras políticas, as *fakenews*, discursos machistas, homofóbicos, a repressão policial contra os levantes populares, e os discursos políticos incitando a sociedade contra os grupos de resistências.

A concepção de “onda conservadora”, para Martins, Groppo e Barbosa (2018, p. 4-5),

[...] esconde e revela muitas coisas. Escamoteia a tradição de ideologias, movimentos e intelectuais, que se destacaram na história brasileira com postulados marcados pelas ideias de tradição, ordem, autoridade e nacionalismo reativo, num complexo de determinações que contribuíram para o que um grande pensador brasileiro, Florestan Fernandes, denominava de “Democracia Restrita”. Revela, contudo, que no cenário nacional e internacional ocorre, de fato, certo avanço das forças conservadoras e reacionárias, que objetivam produzir, em diferentes formações econômicas e sociais, uma civilidade regressiva em relação aos valores e direitos democráticos conquistados pela humanidade nos últimos séculos da luta contra o autoritarismo político, a desigualdade econômico-social e o obscurantismo cultural.

Em suma, há muito ainda a ser realizado para a abertura de espaços democráticos, para a representatividade de grupos considerados minoritários. Através desses apontamentos é possível ver as disputas de classes que se encontra em jogo no cenário político contemporâneo, ou seja, as classes trabalhadoras lutando contra a lógica conservadora das elites dominantes, ou melhor dizendo, contra a lógica do capital. Logo, a luta por uma sociedade mais justa, igualitária, democrática é algo constante, que não se esgota.

Ainda no pseudo contexto de abertura democrática social no país, Teles (1999)⁴ já apontava a devastação dos direitos sociais no país demonstrando o desafio contra o projeto conservador e a força do mercado ditando as regras econômicas e políticas, tutelando os indivíduos, fragilizando a condição de vida e trabalho, destruindo os direitos adquiridos e recusando os direitos que mal se efetivaram, e combatendo qualquer forma de representação democrática.

Benevides (1991) explica que a cidadania ativa é diferente de apenas votar e escolher representantes. Para ela,

⁴ Vera da Silva Telles é Professora do Departamento de Sociologia da USP. Esse texto “DIREITOS SOCIAIS: afinal do que se trata?” foi apresentado em 1996 em uma conferência de abertura do Módulo Direitos Sociais, do evento Direitos Humanos no limiar do século XXI promovido pela Pró-Reitoria de Extensão e Cultura da Universidade de São Paulo e realizado no Centro Universitário Maria Antônia em 1996. Publicado em: “Direitos Sociais: afinal do que se trata?” Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.

Através da participação popular é aqui considerada um princípio democrático, e não um receituário político, que pode ser aplicado como medida ou propaganda de um governo, sem continuidade institucional. Não é “um favor” e, muito menos, uma imagem retórica. É a realização concreta da soberania popular, mais importante do que a atividade eleitoral que se esgota na escolha para cargos executivos e legislativos. A participação popular, assim entendida, supera a velha polêmica sobre o “verdadeiro” significado de cidadania ativa na filosofia política, desde o século XVIII – assim como a dicotomia Estado e sociedade civil, vigente até hoje entre liberais e antiliberais. Esta cidadania ativa supõe uma participação popular como possibilidade de criação, transformação e controle sobre o poder, ou os poderes. (BENEVIDES, 1991, p. 19-20).

Diante desse quadro político brasileiro, abordando as temáticas sobre o conservadorismo político e religioso, e as (im) possibilidades da construção democrática, nossa ideia nesse trabalho, foi de trazer um aporte histórico, e nutrir as esperanças de que só será possível a abertura de espaços democráticos, quando o cenário político religioso conservador for compreendido, e houver a participação maciça da sociedade civil nas discussões e nas escolhas políticas.

Por fim, cabe aos brasileiros, discutir as ideias contraditórias, gerindo assim o processo democrático, independentemente das crenças religiosas escolhendo seus governantes, não apenas pelo carisma, ou pela identidade religiosa. Pelo contrário, se aprofundando na compreensão de suas propostas, de seus projetos políticos.

CONCLUSÃO

Esse artigo foi dividido em duas momentos principais sobre o pensamento conservador, sendo o primeiro constituído de apontamentos sobre as dificuldades para a construção do processo democrático político brasileiro no século XX, e o segundo abordando a emergência dos evangélicos no processo de redemocratização do país, na década de 1980, por conta da elaboração da Constituição Federal em 1988.

Assim, em geral, se observa que o conservadorismo presente em determinados grupos de políticos religiosos, tem sido um entrave para o processo de formação política democrática no país.

A presença da bancada evangélica no cenário político, contribuiu para a proposta conservadora, considerando a ideia de Althusser sobre a igreja ser um Aparelho Ideológico do Estado-AIE.

Realmente, nesses últimos anos, houve inúmeros embates, com pautas religiosas, que reverberaram mais a ética moral e bíblica nas discussões no campo das ciências políticas.

O que se apreende nesses apontamentos, é a necessidade de uma alternativa política progressista, que perpassasse esse contexto político neoliberal, autocrático, das relações autoritárias e antidemocráticas.

Em outras palavras, a luta não deve ser apenas pelo direito de uma elite conservadora, mas precisa se estender principalmente, para resolução dos problemas das desigualdades sociais, contra o preconceito racial, com um olhar atento aos trabalhadores, contra a educação de massas para o trabalho precarizado, em favor das minorias, contra a dilapidação do patrimônio público através das privatizações e concessões dos serviços públicos essenciais, nas áreas da educação, saúde, infraestrutura, e demais serviços estatais.

REFERÊNCIAS

BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. **A Cidadania Ativa: Referendo, plebiscito e iniciativa popular**. São Paulo: Ática, 1991.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular** (BNCC). Educação é a Base. Ensino Médio. Brasília, MEC/CONSED/UNDIME, 2017. Disponível em:

http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf.

Acesso em: 31 out. 2018.

BRASIL. **Constituição de 1988**. 23ª ed. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 2004.

BURITY, Joanildo Albuquerque. Religião, política e cultura. In: **Tempo Social**, revista de sociologia da USP, v. 20, n. 2. nov. 2008. p. 83-113. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/ts/a/rvTvKJ5tW6KLvNt9wB8nqny/?lang=pt>. Acesso em: 09 set. 2021.

FAORO, Raymundo. **Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro**. Rio de Janeiro: Globo, 2001.

FERNANDES, Florestan. Existe uma crise da democracia no Brasil? In: **Mudanças Sociais no Brasil**. São Paulo: Difel, 1979.

FRESTON, Paul Charles. **Evangélicos na política brasileira: história ambígua e desafio ético**.

Curitiba: Encontro. 1994. p. 43.

FRESTON, Paul Charles. **Religião e política, sim; Igreja e Estado, não:** os evangélicos e a participação política. Viçosa, MG: Ultimato, 2006.

GUIMARÃES, Bruno Menezes Andrade. **Em nome da moral e dos bons costumes: notas para pensar pesquisas em comunicação, política e bancada evangélica.** Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação. 41º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, Joinville, SC. 2018. Disponível em: <https://portalintercom.org.br/anais/nacional2018/resumos/R13-0624-1.pdf>. Acesso em 28 set. 2021.

GUIMARÃES, Luiz Ernesto. **A Teologia da Libertação sob o discurso de lideranças protestantes durante a ditadura militar (1964-1985) em Londrina-PR.** 2012. 135 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina. 2012.

GEERTZ, Clifford James. **A Interpretação das Culturas.** Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos Editora, 1989, p. 104.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil,** São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

MADURO, Otto. **Religião e luta de classes.** Petrópolis: Vozes, 1983.

MARTINS, Marcos Francisco; GROPPPO, Luís Antonio; BARBOSA, Jefferson Rodrigues. Apresentação do dossiê temático “Movimentos sociais conservadores e educação” In: **Crítica educativa.** Sorocaba, SP. v. 4, nº 2, p. 3-6. Jul./dez. 2018. Disponível em: <https://www.criticaeducativa.ufscar.br/index.php/criticaeducativa/article/view/366/392>. Acesso em: 29 set. 2021.

MENESES, Jonatas Silva. **Igreja Evangélica Assembleia De Deus: movimento, continuidade e mudanças.** 2013. Disponível em: https://recil.grupolusofona.pt/bitstream/10437/5133/1/igreja_evangelica_assembleia_de_deus.pdf. Acesso em: 25 set. 2021.

PAIVA, Angela Randolpho. Juventudes: desigualdades e simetrias. In: PAIVA, Angela Randolpho. **Juventude, cultura cívica e cidadania.** (orgs.). Rio de Janeiro: Garamond, 2013.

PIERUCCI, Antônio Flávio. Representantes de Deus em Brasília: a bancada evangélica na Constituinte. In: PIERUCCI, Antônio Flávio; PRANDI, Reginaldo. **A realidade social das religiões no Brasil: religião, sociedade e política.** São Paulo: Hucitec, 1996. p. 163–191.

PIERUCCI, Antônio Flávio; PRANDI, Reginaldo. **A realidade social das religiões no Brasil: religião, sociedade e política.** São Paulo: Hucitec, 1996.

PRADO JUNIOR, Caio. **Formação do Brasil contemporâneo:** colônia. São Paulo: Brasiliense; Publifolha, 2000.

REZENDE, Maria José de. A democracia no Brasil: um confronto entre as principais perspectivas teóricas na primeira metade do século XX. **Revista Mediações** (UEL), Londrina, v. 1, p. 33-44, 1996a. Disponível em:

<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/mediacoes/article/view/9393>. Acesso em 09 mai. 2019.

SÁ, Xico. FHC recebe apoio de 300 mil evangélicos. **FOLHA DE SÃO PAULO**, São Paulo, 29 set. 1997. Disponível em:

<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc290907.htm>. Acesso em: 24 dez. 2019.

SANTOS, Boaventura de Sousa. “**Por que é tão difícil construir uma teoria crítica?**” In: Revista Crítica de Ciências Sociais, n. 54, junho de 1999, p. 197-215. Disponível em:

http://www.boaventuradesousasantos.pt/media/pdfs/Porque_e_tao_dificil_construir_teor_cri_tica_RCCS54.PDF. Acesso em 29 set. 2021.

XIMENES, Salomão. O que o direito à educação tem a dizer sobre “Escola sem Partido”? In: Ação Educativa. **A ideologia do movimento Escola Sem Partido: 20 autores desmontam o discurso**. Ação Educativa Assessoria, Pesquisa e Informação (org.). São Paulo: Ação Educativa, 2016.

* * * * *